

Comunidade cobra conclusão de obras no 17 de Março

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodia.com.br

Considerada como uma das principais metas para os próximos anos na capital, as obras do bairro 17 de Março, localizado na zona de expansão de Aracaju, se arrastam há quase oito meses após a reintegração de posse dos imóveis no primeiro semestre deste ano. As famílias cobram uma maior presença do poder público no local, especialmente para a conclusão dos trabalhos urbanísticos.

A conclusão da rede de esgoto e a pavimentação asfáltica de todas as ruas da 3ª etapa do bairro são algumas das mais antigas reivindicações da comunidade. O presidente da Associação Comunitária de Moradores do Bairro 17 de Março, Adriano Araújo, destaca que as melhorias estruturais aguardadas pela população que vive na localidade nunca chegaram desde a reintegração de posse dos imóveis que aconteceu no dia 21 de março deste ano, em cumprimento a determinação judicial.

"Não foi feito sequer um paliativo para liberação das vias e ruas, que sempre estão alagadas, com esgoto a céu aberto, prejudicando a saúde da população", aponta. O líder comunitário enfatiza ainda que a comunidade buscou uma solução junto à Empresa Municipal de Obras e Urbanismo (Emurb), que vem sendo alvo de intervenção do Ministério Público de Sergipe a partir de denúncias dos moradores de que muitas obras estão paradas e outras sequer começa-

ram. "Solicitamos a intervenção do Ministério Público na abertura de um inquérito administrativo contra a prefeitura para que tome as providências necessárias. Também fizemos um abaixo-assinado cobrando o andamento das obras de pavimentação e esgoto", explica.

Adriano informa que os moradores da 3ª etapa do bairro estão sendo prejudicados com a falta de estrutura de mais de 35 ruas e quatro avenidas que estão intransitáveis desde o início deste ano.

"As pessoas estão vivendo em uma área com condições precárias e desumanas. São mais de 12 ruas interditadas, impedindo que a comunidade tenha acesso a serviços públicos como ambulância e viatura da polícia", revela.

Ele ressalta que o bairro teve significativo crescimento populacional nos últimos tempos, chegando a uma população com mais de 10 mil habitantes e cerca de 800 famílias, o que gerou uma maior demanda de acesso a serviços. Adriano conta que devido à situação, a comunidade do bairro 17 de Março está insatisfeita com atual administração municipal.

"Muitas obras já estão quase prontas desde a gestão municipal anterior e só precisam ser concluídas, a exemplo das Praças de Esporte e Cultura e uma escola no bairro, cujo prédio está 60% acabado, mas por ser constante alvo de vândalos que levaram quase todo o material de construção da unidade, a mesma pode acabar sem continuidade, o que

é lamentável, já que estamos falando de desperdício do dinheiro público", critica.

Outra reivindicação da comunidade é a inclusão temporária de um posto de saúde dentro do centro produtivo construído para realização de cursos profissionalizantes. Adriano explica que a ideia é garantir um espaço de assistência à saúde para a população até que as obras da unidade em construção ao anexo ao centro produtivo sejam concluídas.

O líder comunitário explica que foi dada ordem de serviços para iniciar as obras de um posto de saúde, mas que a prefeitura apenas só murou o terreno e colocou uma placa. A expectativa é que o posto de saúde só fique pronto no final de 2014. Adriano informou que a Associação Comunitária de Moradores do Bairro 17 de Março entrou com uma representação popular com abaixo-assinados, ofícios, fotos e vídeos das condições precárias da população junto ao Ministério Público solicitando uma audiência com a prefeitura e a população do bairro.

Adriano ressalta que somente por força de ação judicial, os moradores estão conseguindo levar melhoria para o local. Ele frisa que por se tratar de um bairro novo, com mais de 4.000 mil moradores populares, é necessária uma atenção ao crescimento populacional na área.

Outra queixa da associação é que desde a posse dos imóveis pelas famílias no dia 22 de março deste ano, muitas não receberam os materiais como portas, janelas, vasos sanitários, caixa de descarga, caixa d'água, e

toda fiação elétrica para fazer a recomposição das casas que estavam danificadas por vandalismo.

"A Prefeitura de Aracaju divulgou em meios de comunicação que mais de 80% das famílias tinham recebido, mas não é verdade. Apenas 20% tiveram acesso aos materiais necessários previstos para a entrega. Reivindicamos que a Emurb faça um mutirão para entregar o mais rápido possível estes materiais aos moradores, que não têm condições de arcar com essas despesas, já que as famílias foram contempladas com as moradias populares e que a prefeitura tem que entregar as casas como manda a lei federal do projeto Minha Casa, Minha Vida, se não a associação vai entrar agora com uma representação junto ao Governo Federal e ao Ministério Público da União relatando as péssimas condições dos imóveis", diz.

Os moradores também cobram a conclusão das obras da creche no local. Eles vão esperar até 10 de outubro para fazer novos encaminhamentos judiciais com o objetivo de garantir a continuidade das obras.

Na última quinta-feira, 23, o prefeito João Alves Filho assinou a ordem de serviço para a construção das Praças de Esporte e Cultura dos bairros Olaria e 17 de Março, e a construção do Cras do Porto D'antas e da Creche Pró-Infância do 17 de Março. A Emurb foi procuradora pelo jornal. Assessoria de comunicação do órgão ficou de dar um retorno sobre o assunto, mas até o fechamento desta matéria não havia enviado as respostas.